

*Economia - Brasil*

**Conjuntura** Retração estimada para o período de abril a junho reacende debate sobre se há ou não recessão

# Ipea projeta nova queda do PIB no trimestre

Vera Saavedra Durão  
Do Rio

A economia brasileira esteve no fundo do poço no segundo trimestre do ano, como admite o próprio Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). As projeções levantadas pelo *Valor* para o PIB trimestral do período apontam para uma queda da taxa dessazonalizada superior aos 0,8% de contração previstos pelo Ipea no início do ano, ante uma queda de 0,1% no PIB trimestral do primeiro trimestre. Na comparação com igual período do ano passado, o Ipea e a LCA Consultores estimam um leve crescimento de 0,3% da atividade econômica entre abril e junho, ante expansão de 2% no primeiro trimestre na comparação com o primeiro trimestre de 2002.

Se confirmadas essas expectativas, no dia 28, quando o IBGE divulgar o número oficial do PIB do segundo trimestre, certamente voltará à tona a polêmica questão se a economia brasileira está ou não em recessão. Seria o segundo trimestre consecutivo de queda na atividade.

Para Francisco Pessoa Faria, da LCA, esta é uma discussão irrelevante, uma questão técnica com viés político. "Para mim, o que importa é o bem estar da população e isso está mal, porque a economia não está crescendo." Nas projeções que ele, a indústria é que derriba a economia no período. A in-

dústria de transformação cai no período 1,5% e a construção civil recua 6,5%. Quem está segurando a economia é a agropecuária, que pode ter crescido 7% entre abril e junho.

Paulo Levy, diretor do Ipea/Rio, considera esse conceito de recessão uma "convenção". "Quem quiser chamar de recessão, chama, mas o que existe realmente é uma desaceleração forte do crescimento da atividade econômica com perspectiva de melhora no terceiro trimestre. Acho que é cedo para se falar em recessão, pois o primeiro trimestre foi de relativa estabilidade e, a queda do segundo será temporária. Aí não se configura uma tendência."

Francisco Eduardo Pires de Souza, coordenador do grupo de conjuntura do Instituto de Economia da UFRJ, considera que "o primeiro semestre do ano foi de recessão". Para ele, além da questão técnica dos dois trimestres, o ambiente foi recessivo e continua em julho com queda da indústria, alta do desemprego, queda das vendas do comércio, queda da renda e alta do juro com baixa oferta de crédito. Pires, porém, não descarta a possibilidade de reversão desse cenário no final do ano, impulsionado pela queda dos juros.

Antonio Porto Gonçalves, diretor do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas, acha que a escolha entre desaceleração forte e recessão é "um jogo de palavras". A seu ver a recessão é visível e não deverá ser revertida no curto pra-

zo, a não ser que o governo defina o que vai fazer na microeconomia.

Ele atribui a deterioração da economia à incerteza. "As pessoas estão segurando seus gastos e isto vem causando falta de demanda mais que os juros altos. O que também vem prejudicando os investimentos. Isto tem efeito a longo prazo e acho que uma reversão só acontecerá se o governo definir suas políticas setoriais e deixar de ser um grupo de amadores", disse. A FGV, segundo ele, prevê crescimento do PIB este ano abaixo de 1%.

Olpea, que pretende rever suas projeções macroeconômicas após a divulgação, que acontece hoje, da produção da indústria de junho pelo IBGE, está mais otimista, como realçou Levy. Mesmo projetando uma queda na produção da indústria de junho de 1%, por conta da desaceleração da produção de bens duráveis, o economista trabalha com um conjunto de fatores que poderão levar a uma retomada no terceiro trimestre. A queda dos preços dos alimentos, aponta, poderá ampliar o consumo do orçamento doméstico para outros bens.

Júlio Almeida, diretor do Iedi, diagnostica uma recessão leve no Brasil, mas que na sua previsão será longa, mais prolongada que as outras com reversão só no final do ano ou em 2004. Ele teme que a recuperação seja abortada pela alta do dólar, que por sua vez pode elevar a inflação e, com isto, reverter a política de queda gradual da taxa de juro.